



O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

THE PROCESS OF INSTITUTIONALIZATION OF THE SOLIDARITY ECONOMY IN MATO GROSSO DO SUL

Andre Luiz Alvarenga Souza

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
professorandrealvarenga@gmail.com

Leandro Sauer

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
leandrosauer@uol.com.br

Élcio Gustavo Benini

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
elciobenini@yahoo.com.br

Resumo

A institucionalização da Economia Solidária em Mato Grosso do Sul, visa discutir a gestão no contexto da Economia Solidária. Partiu-se do pressuposto de que lógicas diferentes acarretam objetivos de gestão para contextos organizacionais distintos, o que implica em técnicas, ferramentas e áreas funcionais empreendedoras com o mesmo objetivo. Deste modo, o trabalho teve por objetivo geral avaliar o processo de institucionalização da Economia Solidária em Mato Grosso do Sul, aliado a objetivos específicos para que se aprofundasse o desenvolvimento, foram eles: a. Mapear os municípios que possuem lei sobre Economia Solidária, b. Identificar as ações de processo de institucionalização da Economia Solidária do MS; e c. investigar como alguns empreendimentos solidários estão no mercado e se beneficiando das políticas públicas. As empresas representam um capítulo à parte nesse cenário, dadas as particularidades de suas histórias, organização interna e atores sociais envolvidos. Tais iniciativas surgem em períodos de crise econômica como formas de atenuação do desemprego. Para que se possa chegar a uma resposta sobre como a Economia Solidária está sendo instituída no MS (?) a pesquisa é de caráter qualitativo, prático e exploratório, que se desenvolveu a partir de três momentos: inicialmente buscou-se por um desenvolvimento de pesquisa subsidiado em publicações pertinentes a temática; em pesquisa e

descrição de dados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária referente ao último mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, realizados entre 2010 a 2012; permitindo o mapeamento a conhecer resultados e informações completas de 19.708 distribuídos pelo Brasil, sendo 294 empreendimentos presentes no Estado de Mato Grosso do Sul. E por fim, com a utilização de questionário semiestruturado, foram entrevistados quatro gestores do segmento da Economia Solidária na cidade de Campo Grande – MS, que direcionou as variáveis investigadas com ênfase nas especificidades contextuais e organizacionais desses empreendimentos. Sendo, portanto obtidos os resultados preliminares, os quais revelam que os principais desafios e as principais conquistas no processo de institucionalização da Economia Solidária em Mato Grosso do Sul proporcionaram os mesmo efeitos: a geração de renda e a integração/ conservação da união do grupo. Isso comprova que, enquanto são apreciadas como fundamentais conquistas, ainda ficam como desafios constantes dentro dos empreendimentos e politicamente são dependentes também da dedicação e atenção governamental.

Palavras-chave: Economia Solidária. Autogestão. Empreendimento solidário.

Abstract

The institutionalization of the Solidary Economy in Mato Grosso do Sul, aims to discuss management in the context of the Solidarity Economy. It was assumed that different logics imply management objectives for different organizational contexts, which implies techniques, tools and functional areas of entrepreneurship with the same objective. In this way, the general objective of the work was to evaluate the process of institutionalization of the Solidarity Economy in Mato Grosso do Sul, together with specific objectives to deepen the development, were: a. Map the municipalities that have Law on Solidarity Economy, b. Identify the actions of institutionalization process of the MS Solidarity Economy; and c. to investigate how some joint ventures are in the market and benefiting from public policies. The companies represent a chapter apart in this scenario, given the particularities of their stories, internal organization and social actors involved. These initiatives emerge in periods of economic crisis as a way of reducing unemployment. In order to arrive at an answer about how the Solidarity Economy is being instituted in the MS (?) The research is of qualitative, practical and exploratory nature, developed from three moments: initially it was sought for a research development subsidized in relevant publications; in research and description of data made available by the National Secretariat of Solidary Economy referring to the last mapping of the solidary economic enterprises carried out between 2010 and 2012; allowing the mapping to know the results and complete information of 19,708 distributed by Brazil, with 294 enterprises present in the State of Mato Grosso do Sul. Finally, with the use of a semi-structured questionnaire, four managers of the Solidarity Economy segment were interviewed in the city of Campo Grande - MS, which directed the variables investigated with emphasis on the contextual and organizational specificities of these enterprises. Therefore, preliminary results were obtained, which reveal that the main challenges and the main achievements in the process of institutionalization of the Solidarity Economy in Mato Grosso do Sul provided the same effects: income generation and integration / conservation of the union of the group. This proves that, while appreciated as fundamental achievements, they remain as constant challenges within the enterprises and politically are also dependent on government dedication and attention.

Keywords: *Solidary Economy. Self-management. Solidary enterprise.*

1. Introdução

Nas últimas décadas, ocorreram amplas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas em âmbito mundial que culminaram na difusão e consolidação de um novo regime de acumulação capitalista marcado, por um lado, pelos processos de globalização, e financeirização do capital e, por outro, por significativas mudanças nas relações econômicas e políticas sociais.

Diante do avanço da industrialização e do processo capitalista, a crescente divisão e alienação do trabalho faz a figura do trabalhador ser separado dos meios de produção. Como formas alternativas de sobrevivência, modelos baseados nas lógicas do cooperativismo e da pequena produção coexistindo com o processo capitalista chamaram a atenção de estudiosos que sistematizaram essas práticas em um modelo conceitual chamado Economia Solidária.

A Economia Solidária ECOSOL é um conceito que se forma há muito tempo e que vem propagando espaço na sociedade a cada dia. Segundo Singer e Souza (2003), “a Economia Solidária é o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando”.

Em 2003, inicia-se no Brasil um processo de institucionalização alavancado pelo nível federal com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com a indicação do professor Paul Singer para secretário.

O ECOSOL está inserido em um arranjo institucional envolvendo diversas organizações (associações, cooperativas, sindicatos, organizações não-governamentais, prefeituras) que interagem entre si e compartilham de projetos comuns. As ações compartilhadas fundamentam-se em uma concepção de sustentabilidade por seguir preponderantemente a construção de atividades produtivas ligadas a agroecologia e práticas culturais e sociais de base comunitária, valorizando o conhecimento do sistema de valores e crenças locais, e atividades econômicas baseadas na solidariedade e na confiança em detrimento à racionalidade econômica estrita.

Como assinalou Gambetta (1988), confiança e interação promovem condições favoráveis à cooperação, gerando assim uma economia sadia, em que a interação social se reforça mutuamente num benéfico concerto de interesses. A interação entre as organizações

permite reforçar as ações das cooperativas ECOSOL, pois incentivam o uso do crédito solidário, potencializam e criam oportunidades produtivas sustentáveis, bem como o acesso a políticas públicas através de projetos, contribuindo para o desenvolvimento local. (Freitas, Silva & Freitas, 2009).

O tema abordado é relevante considerando-se que, se vive atualmente em um mundo egoísta e voltado ao capitalismo, mas que de certa forma contribui para percepções distintas diante da dimensão social; nesta perspectiva surge a Economia Solidária (ECOSOL), a qual traz possíveis novos horizontes frente à sociedade, propondo de forma subjetiva uma qualidade de vida, trabalho e renda para aqueles pertencentes ao movimento, juntando-os em redes e associações.

A Economia Solidária (ECOSOL) é um conceito que se forma há muito tempo e que vem ganhando espaço na sociedade a cada dia. Segundo Singer e Souza (2003), “a Economia Solidária é o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando”.

Para fundamentar o assunto apresentam-se os objetivos geral em avaliar o processo de institucionalização da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul. E os objetivos específicos buscando dar maiores detalhes ao tema principal, priorizaram-se em a. mapear os municípios que possuem lei sobre Economia Solidária; b. identificar as ações de processo de institucionalização da Economia Solidária do MS; e, c. investigar como alguns empreendimentos solidários estão no mercado e se beneficiando das políticas públicas.

O objetivo geral une todos os capítulos e é atingido progressivamente, com novos detalhes, evidenciando a estreita proximidade entre Economia Solidária e sociedade e linearmente se une aos objetivos específicos o qual perpassa a escrita conforme o andamento das análises descritivas e de todo o contexto de escrita referente à Lei de Economia Solidárias nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

O primeiro objetivo específico tratou do mapeamento dos municípios que possuem lei sobre Economia Solidária, assim, buscou-se investigar os desdobramentos da institucionalização da Economia Solidária como política pública no Estado de Mato Grosso do Sul. Por compreender, de acordo com a literatura, que a promulgação de leis de apoio, criação de fundo e instauração de estruturas para criar viabilidade aos empreendimentos solidários fazem parte da estrutura em rede necessária para o fomento e continuidade dos projetos de Economia Solidária em nível local. O município por ser o ente federativo mais

próximo da população, se faz um importante operador e articulador, reconhecendo, estruturando e dando condições aos empreendimentos locais. A promulgação de leis municipais é vista então como indício do grau de organização e institucionalização da Economia Solidária.

O segundo objetivo específico, abrangeu a identificação das ações de processo de institucionalização da Economia Solidária do MS. Ampliando o primeiro objetivo específico, o processo de institucionalização foi entendido como um amplo conjunto de ações que tornam o ideário da Economia Solidária um processo em rede e que pode ser articulado em ações populares, como reuniões, grupos de formação, iniciativas locais de produção e cooperativismo, e o interesse de diversos agentes para a sua consolidação. Essas ações podem fornecer o panorama das necessidades e iniciativas vindouras de institucionalização e da absorção desse ideário pela sociedade.

O terceiro objetivo específico também interligado aos temas inerentes desta dissertação referiu-se a investigar como modelos de empreendimentos solidários estão no mercado e se beneficiando das políticas públicas, para esclarecer a este objetivo específico, houve a necessidade de buscar respostas em pesquisa exploratória. Visando compreender quais seriam ainda as demandas dos empreendimentos e suas dificuldades, assim como o funcionamento da interdependência estatal para a realização das ações ligadas à Economia Solidária. Para tanto, importa descrever o desenho metodológico o qual permitiu e subsidiou o objeto desta dissertação.

Assim sendo, decidiu-se por investigar os aspectos conjunturais da Economia Solidária no Brasil e em Mato Grosso do Sul, analisar seu processo de institucionalização e as condições de atuação desse conjunto de atividades econômicas centradas na valorização do ser humano e não do capital. Como questão norteadora busca-se nesta pesquisa saber: como foi o processo de institucionalização da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul?

2. Referencial Teórico

2.1 Definição e Conceito de Economia Solidária

A Economia Solidária expõe certas funções assumidas com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável e procura romper com os modos de exploração da força de trabalho, promovendo um modo de produção e comercialização humanizado, com geração e distribuição igualitária de renda, baseado na autogestão, mas isso gera um fator questionável sob o ponto de vista da verificação dessas informações através de um exame aprofundado do banco de dados do SIES.

A economia solidária conceitua-se como um conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro características: cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade. Ela é identificada, também, como um movimento do qual faz parte uma série de instâncias de organização da sociedade civil e governamental, instituições de fomento, além dos próprios empreendimentos de base essencialmente popular. (Atlas, 2006).

Para o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) as atividades econômicas que abarcam o campo da Economia Solidária são a produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, **comércio justo** e consumo solidário, enquanto os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) possuem as características já citadas (cooperação, autogestão, atividade econômica e solidariedade), e compreendem as organizações (Atlas, 2006, p. 13):

- a) coletivas – organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas auto gerenciáveis, grupos de produção, clubes de troca, redes, centrais, etc.;
- b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;
- e) que realizam as atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário.

Ao longo desses anos e com a constituição de pautas que se apresentam coerentes às propostas de Economia Solidária muitas definições similares tem surgido. Em vista disso

decidimos neste tópico abordar alguns conceitos que, embora façam parte do campo da Economia Solidária não se restringem a ela, apenas possibilitam uma maior compreensão desta em relação a algumas de suas características e de sua relação com assuntos referentes à crise da sociedade contemporânea.

Dentre os conceitos a serem desenvolvidos estão os de: economia popular, o princípio da cooperação, o princípio da autogestão, o princípio da dimensão econômica, o princípio da solidariedade (Fialho, 2010).

Economia solidária é conceituada como o "conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão." Compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Trata-se de uma forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, caracterizada pela igualdade.

A Economia Solidária no Brasil surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) (Singer, 2000, p.13).

Para complementar essas ideias, Singer (2003) diz que o homem produz sua própria existência a partir das relações com os outros, ele produz e é produzido pelo outro. Segundo o autor, os homens são sujeitos de suas histórias, pois na medida em que se inserem e se definem no conjunto de suas relações sociais desempenham atividades transformadoras destas relações. Eles são ao mesmo tempo passivos e ativos, determinados e determinantes.

Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por um grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si. Isso se dá não somente nas fábricas, mas também nas redes de transportes, comunicação, de suprimento de energia, de água, de vendas no varejo, etc. O modo solidário de produção e distribuição parece “à primeira vista

um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias; mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos”. (Singer, 2000, p.13).

França Filho (2009) aponta que autogestão é a principal forma de organização dos atores que atuam no campo da Economia Solidária, e que promove uma forte crítica ao modelo de organização capitalista, calcado, principalmente, na estrutura burocrática. Partindo dessa visão crítica busca uma forma de organização, em uma dada coletividade, que supera a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa, ou seja, ela rompe com a dualidade entre administradores e administrados. Surge dentro dos movimentos operários como uma alternativa ao modelo de heterogestão capitalista, contra a exploração do trabalho, possuindo, deste modo, um caráter antiburocrático. A autogestão “é o meio que a classe trabalhadora tem de governar a si mesma, e de evitar a imposição das decisões de minorias desfavoráveis” (Carvalho, 1983, p. 96).

Desenvolvimento Sustentável: O conceito de desenvolvimento sustentável seria uma oposição ao desenvolvimento característico do regime capitalista. O desenvolvimento sustentável se baseia também no aumento das preocupações com as questões ambientais e de escassez dos recursos naturais.

Moeda Social: Uma moeda criada para o desenvolvimento da economia local, em paralelo à moeda oficial de um país. Costumam surgir em épocas de crise econômica, quando a moeda local está geralmente enfraquecida.

Redes: Representando novas formas de organização com base na ação coletiva, as redes, são formas menos hierárquicas e vistas pela sociologia como tipos de relação ou prática social. Segundo Scherer-Warren (1999. p. 22), “da sociologia vem a ideia de redes como articulação política, ideológica ou simbólica”. De 2010 a 2012 foi realizado o segundo Mapeamento Nacional, com uma base de dados concluí com subsídios de 19.708 EES (MTE, 2013) o qual se formatou em um banco de dados para esta pesquisa.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária busca garantir a articulação entre empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos, e para isso, estrutura-se de maneira que esses três segmentos estejam presentes e em interação (FBES, s.d). As entidades nacionais presentes na estrutura do FBES, que já chegou a contar com 16 entidades, são as seguintes:

Cáritas Brasileira: Fundada em 12 de novembro de 1956, é uma organização membro da Rede Cáritas Internacional. Atua no fomento às iniciativas de Economia Solidária, segurança alimentar e nutricional e fundos solidários (CÁRITAS, s.d).

Instituto Marista de Solidariedade (IMS): Atuam em diversos espaços de Economia Solidária espalhados pelo Brasil, incluindo o Fórum Estadual de Economia Solidária do Mato Grosso do Sul. Trabalha com projetos como “Rede Brasileira de Comercialização Solidária”, “Cadeia Produtiva do Pequi – MS” e “Rede CFES: Formação e Assessoria Técnica – Sudeste” (IMS, s.d).

Rede ITCPs: Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. É formada por 41 incubadoras e tem por objetivo apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de Economia Solidária, além da prestação de assessoria a grupos já consolidados (REDE ITCPs, s.d).

Rede Unitrabalho: Atua com o Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Rede Unitrabalho. O Programa é implementado por meio de universidades integradas à Rede e, “parceria com diferentes segmentos da comunidade. Participam dos projetos centros de pesquisa, informação, formação, produção e planejamento no campo da Economia Solidária” (UNITRABALHO, s.d).

Unicafes: União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, fundada em junho de 2005, em Luziânia, Goiás. Essas entidades nacionais representam atualmente algumas das ações estruturadas em frentes importantes como distribuição de renda, segurança alimentar e cuidados com o meio ambiente. Além de contribuírem para a pesquisa e formação dentro da temática.

2.2 Princípios de Economia Solidária

Na Economia Solidária, destacam-se princípios que regem o sistema de forma que devem ser descritos em caráter esclarecedor:

O princípio da Cooperação: Existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos,

essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

O princípio da Autogestão: Os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

O princípio da Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

O princípio da Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

2.3 Aspectos Conjunturais da Economia Solidária

A organização em torno do tema de Economia Solidária se dá através da iniciativa de diferentes atores associativos, representantes dos poderes públicos e mesmo entidades

sindicais, com isso não ganha força somente na academia, mas também eleva a discussão a ocupar lugar de destaque em muitos eventos, como por exemplo, Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (França Filho, 2004).

Segundo França Filho (2004) a temática da Economia Solidária tem conquistado uma visibilidade cada vez maior nos últimos anos. O ambiente acadêmico passa a inserir essa temática em seu campo de pesquisa, inclusive contribui com publicações a esse respeito disseminando-o para diferentes campos disciplinares como economia, sociologia ou administração. O fato da academia se interessar pelo tema pode ser explicado pelo seu impacto dentro da sociedade.

Não foram somente esses os fatores que fizeram a pauta da Economia Solidária ganhar relevância, a história de luta por visibilidade e consolidação do movimento se estende a um bom tempo, sempre sendo marcada por sua proximidade com pautas sociais, um grande exemplo disso é criação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária Brasileira, fundada em 1990 é constituída por dezenas de cooperativas e centenas de associações; a Cáritas Brasileira, que promove desde os anos 80 a organização de grupos populares solidários para gerar trabalho e renda.

Foi baseado nesse histórico de luta que o movimento de Economia Solidária fortaleceu-se e passou a despertar o interesse de dois novos atores de peso, muito relevantes na promoção e construção de estratégias de ação para gerar renda e inserção social para os segmentos excluídos da população, sendo eles a universidade e o Estado.

Dentre esses dois atores vale estabelecer destaque a importância do Estado para a consolidação da Economia Solidária, pois como aponta França Filho (2006), justamente pelo fato da concepção de Economia Solidária surgir a partir dos movimentos sociais, ela exige do poder público um espaço no processo de construção da política pública, mesmo que essa relação aconteça de forma conturbada e gere atritos que torne essa relação paradoxal, ou seja, constitui-se a partir de uma relação calcada em **cooperação** e conflito (Ham & Hill, 1984).

Ao sabermos que a relação entre movimento sociais e Estado acontece de maneira conflituosa buscamos com esse capítulo propor uma reflexão a respeito da importância das políticas públicas como forma de assegurar o desenvolvimento da Economia Solidária. Portanto ao falarmos de políticas públicas é preciso pensarmos em qual é a sua finalidade e como pode contribuir para um determinado setor.

Para Ham & Hill (1984), as políticas públicas são produzidas por processos indutivos, os quais definem agenda, impõem definições de problemas e criam condições para sua própria ação. Porém esse é um processo que quando construído de maneira verticalizada, com ordens de cima para baixo, mesmo com a boa intenção de reduzir desigualdades sociais, acaba tendendo ao insucesso.

Portanto ao tratarmos dessa questão resolvemos seguir na linha apontada por França Filho (2006), o autor nos alerta que é muito importante que ao pensar na construção de uma política pública de Economia Solidária não se pode pautar a discussão a partir de um único caminho, do Estado para a sociedade; pelo contrário, é preciso que o resultado dessa política seja baseado em interação entre os vários atores envolvidos: sociedade civil organizada, empreendimentos econômico-solidários e suas organizações representativas, entidades de apoio e fomento, gestores, políticos, ONGs, etc.

Nesse sentido, o primeiro desafio que se apresenta é a interação e articulação intragovernamental, uma vez que a Economia Solidária se insere em dimensões de ordem social, econômica, política, cultural, ambiental, etc. Essa característica de transversalidade faz com que projetos, programas e ações de Economia Solidária, ao tratarem de temas que envolvem, por exemplo, trabalho, educação ambiental, habitação, segurança alimentar, esporte, entre outros, dependam do comprometimento de várias secretarias de governo (França Filho, 2006).

O que se observa é que o pouco entendimento efetivo sobre o assunto e as dificuldades naturais de alinhamento entre as estruturas de governo são condicionantes decisivas na consecução da política pública de Economia Solidária.

Nas discussões que se apresentam a respeito do estabelecimento de políticas públicas para Economia Solidária um aspecto que fica sempre muito claro é a dificuldade que existe na institucionalização de uma política pública de caráter popular.

Para que sua consolidação seja possível é preciso que haja articulações em diversos campos institucionais e do acúmulo de forças em diversos campos de luta, como o Poder Legislativo, o Executivo e os movimentos sociais, ao longo da história da Economia Solidária nota-se que os movimentos sociais exercem a função fundamental de pressionar os diversos segmentos e dar legitimidade às demandas, mas na hora de conseguirem grandes avanços esbarram na burocracia imposta pelo Estado.

Nesse sentido, algo que podemos apontar como exemplo de resultado da luta de movimentos sociais é a contribuição que veio da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que realizou em 2004 com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ, um ciclo de debates sobre o papel da Economia Solidária nas políticas de trabalho, renda e desenvolvimento, contribuindo para a elaboração de uma política pública de Economia Solidária, estruturada federativamente é capaz de atuar no combate efetivo às causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social. A partir dessa articulação a Rede conseguiu organizar um conjunto de diretrizes para a política pública a partir das experiências em curso e dos debates realizados ao longo daquele ano.

Diante das observações de Singer (2002) verificamos certa dúvida quanto ao funcionamento da Economia Solidária em seu cerne mais íntimo o qual está ligado diretamente ao discurso da autogestão, cooperação mútua e dividendos entre os sócios.

Empreendimentos de Economia Solidária para Gaiger (2003) compreendem diversas modalidades de organização econômica, sendo originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Essas três entrevistas seguiram a intenção de demonstrar a institucionalização, o entendimento e o funcionamento dos empreendimentos solidários ligados à Central, mas também destacar as dificuldades relacionadas à autogestão e viabilidade econômica dos mesmos.

É a partir da práxis processual, do cotidiano, que Gaiger (2003) explica o quanto são importantes os aspectos de solidariedade no envolvimento dos membros e da adoção da equidade como princípio fundamental para que sejam possíveis a socialização dos recursos produtivos, materiais ou cognitivos.

Essa prática se traduz na autogestão como uma forma de recuperar a autonomia econômica e organizacional deixadas de lado pelo capitalismo, por meio de novas relações sociais produtivas, mais horizontais e controladas pelos próprios trabalhadores (França Filho & Laville, 2004; Singer, 2007).

2.4 Políticas Públicas e o Processo de Institucionalização

A relação entre política pública e processo de institucionalização da economia solidária, do ponto de vista das políticas públicas, nas ações governamentais explicitava os

limites e contradições do “Estado mínimo para o social”, pois a economia solidária exigia uma posição cada vez mais ativa dos governos: compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos, integrar o Estado à economia real das comunidades. De alguma maneira pode-se afirmar que as exigências da economia solidária contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e para a defesa da participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais. (Schiochet, 2009).

O modelo cooperativista visa à sobrevivência dos excluídos socialmente na sociedade de consumo e produção. Portanto, dentro da própria teoria acerca da autogestão, torna-se possível perceber esta contradição que vem se reproduzir na prática, buscando um modo alternativo de produção, que por fim tenta reinserir o sujeito no mercado, bem como na sociedade que o excluiu.

Observa-se porém que, na prática, isto dificilmente ocorre, e que segundo Lane e Codo (2004) para se viver em grupos, coletivamente, é necessário que haja divisões de papeis, divisões de trabalhos, além de uma hierarquização das relações sociais, estabelecendo-se, como consequência, as relações de poder que existem em todas as relações sociais dentro de uma sociedade com modo de produção capitalista. Tal fato nos leva a questionar como a autogestão poderia funcionar dentro de um contexto social autoritário e hierárquico.

Porém, o próprio funcionamento da autogestão envolve o conceito de *Ação*, em que há a possibilidade de uma gestão coletiva, participativa, que envolva a todos, e que seja uma forma alternativa aos marginalizados do mercado de trabalho, possibilitando uma forma de ação que envolva a comunicação, a reflexão, o conhecimento de si e do outro, a construção da própria identidade.

Ao questionar o fato dos cooperados participarem da autogestão, ou seja, das decisões e gerência do trabalho (*Ação*), é possível observar que em seu cotidiano, eles estão totalmente comprometidos apenas com o *Trabalho*, a execução de tarefas impostas anteriormente (*Trabalho*), o que leva a uma contradição em sua rotina, podendo levar a um conflito do trabalhador entre seus desejos pessoais e a realidade do trabalho, limitando assim sua realização pessoal e gerando carga psíquica (Dejours, 1994).

As políticas públicas vêm sendo definidas historicamente como um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, cobrar ações de governos democráticos e constantemente avaliar essas ações propondo mudanças e adequações sempre que necessárias.

A definição mais tradicional vem de Lasswell em 1936 “Quem ganha o quê, quando e como”, o autor considerado como um dos pais da política pública assinala uma definição em que explana que esta ciência política pode ser pensada como um fluxo de decisões públicas, orientado ao equilíbrio social e condicionado pelas reações que o provocam.

As políticas públicas **e seus desdobramentos sociais** podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos segmentos. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas são asseguradas na própria lei que as institui. Assim, como no exemplo do caso da Educação e da Saúde, a sociedade participa ativamente mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional. Para tanto, hoje dispomos de um mecanismo de Lei que permite toda a população impetrar e participar de leis que visem a criação de políticas públicas.

Na política social, os processos de socialização iniciam-se, contudo, após o nascimento, e através, primeiramente, da família ou outros agentes próximos dos meios de comunicação de massas e dos grupos de referência. Desta forma, pode-se perceber a socialização como processos continuados através dos quais os seres humanos se interagem, adquirem conhecimentos e mecanismos de respostas às diferentes circunstâncias do viver social (Di Pietro, 2006).

Do esforço para o convívio social emerge o estabelecimento de limites para as pulsões agressivas do homem. Na política, o domínio da agressão pelo indivíduo é efetuado por meio do sentimento de culpa que surge não apenas quando este fez alguma coisa má, mas também quando identifica sua intenção de fazê-la (Di Pietro, 2006).

Assim, em seu fazer cotidiano o indivíduo se constitui ao mesmo tempo em que é constituído pela sociedade em que está inserido com todas as contradições que esta constituição traz para a existência humana e social. O controle social das políticas públicas em face a administração pública deve sempre agir rigorosamente de acordo com normas constitucionais e legais que as competências dos seus órgãos estabelecem, delimitando o seu campo de atuação e estabelecendo controles dos quais se deve sujeitar.

Não parece existir uma classificação melhor que a outra, quando observadas em abstrato. A política redistributiva consiste na ação em que o poder público estabelece critérios que dão acesso a vantagens e esse acesso não privilegia sujeitos específicos, mas sim classes

de casos ou assuntos. Um exemplo é a seguridade social, na qual o Estado dita as condições para que as pessoas possam se beneficiar, mas não há a separação individual de quem será beneficiado ou não. A política constitutiva se traduz na ação pública em que são definidas as normas e condições de poder. Um exemplo seria a revisão da Constituição de um país, introduzindo reformas institucionais ou administrativas (Meny & Thoenig, 1992).

As políticas públicas são constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica, seguindo a premissa de: 1. Planos; 2. Programas; 3. Ações 4. Atividades.

Verifica-se que os planos estabelecem diretrizes, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados em períodos relativamente longos, os programas estabelecem, por sua vez, objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica, as ações visam o alcance de determinado objetivo estabelecido pelo Programa, e a atividade, por sua vez, visa dar concretude à ação. Fica evidente nas tabelas 1 e 2 respectivamente, as legislações acerca da Economia Solidária nos estados e municípios brasileiros.

Tabela 1 - Legislação de economia solidária nos estados brasileiros

Estado	Legislação	Ano de edição
Espírito Santo	Lei nº 8.256	2006
Minas Gerais	Decreto nº 4.4898	2008
	Lei nº 15.028	2004
Mato Grosso	Lei nº 8.936	2008
Mato Grosso do Sul	Lei nº 3.039	2005
Pernambuco	Decreto nº 30.493	2007
	Lei Ordinária nº 12.823	2005
Rio de Janeiro	Lei nº 5.315	2008
Rio Grande do Norte	Lei nº 8.798	2006
Rio Grande do Sul	Decreto nº 41.062	2001

Fonte: Oliveira, J. A. S. *Economia Solidária: análise das políticas públicas aplicadas em Mato Grosso do Sul*.

Diante deste contexto, as políticas públicas são de extrema importância para os desdobramentos sociais e se desenvolvem através de uma demanda social, porém quando falamos de Economia Solidária a legislação sobre o assunto ainda é superficial e insuficiente. Ao verificar os 26 estados da federação brasileira, até 2012, ano do último mapeamento realizado, observamos que apenas 6 possuíam algum tipo de marco legal (legislação) que trata

sobre a Economia Solidária, e que muitos desses ainda não apresentaram mudanças significativas para a sua ascensão.

Tabela 2 - Legislação de economia solidária nos municípios brasileiros

Estado	Município	Legislação	Ano de edição
Minas Gerais	Contagem	Lei nº 4.025	2006
	Montes Claros	Lei nº 3997	2008
	Varginha	Lei nº 3.698	2002
Mato Grosso	Tangará da Serra	Lei nº 2.460	2005
		Lei nº 2.752	2007
Paraná	Porto Velho	Lei nº 1628	2005
Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	Lei nº 6.000	2003
	Santa Maria	Lei nº 5.150	2008
Santa Catarina	Itajaí	Lei nº 5.245	2009
São Paulo	Campinas	Lei nº 10.039	1999
	Guarulhos	Lei nº 6.619	2009
	Hortolândia	Lei nº 1.236	2003
	Osasco	Decreto nº 9.821	2007
		Decreto nº 9.822	2007
		Decreto nº 9.823	2007
	Santo André	Lei nº 9.058	2008

Fonte: Oliveira, J. A. S. Economia Solidária: análise das políticas públicas aplicadas em Mato Grosso do Sul

Diante do ponto de vista de políticas de inclusão social mediante a intervenção do Estado, a Economia Solidária apresenta seus limites e contradições, visto que os planejamentos de ações a longo prazo e a interferência na economia real das comunidades exigiram uma posição cada vez mais ativa dos governos. Sendo assim, “de alguma maneira podemos afirmar que as exigências da Economia Solidária contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e a defesa da participação mais ativa do estado no enfrentamento das questões sociais” (Schiochet, 2009, p. 216).

2.5 Apoio e Fomento à Políticas Públicas no Brasil

A grande dificuldade da Economia Solidária é se tornar uma política pública ampla, que envolva vários segmentos da sociedade brasileira, incluindo os político-partidários, a fim de ser reconhecida como capaz de estabelecer novos princípios de sociedade e novas formas de produção e consumo (Souza, 2012).

As políticas de governo são aquelas desenvolvidas durante mandatos específicos, ficando à mercê do governo em vigência. Não estão consolidadas e ainda tem suas ações incipientes. Já as políticas de Estado são aquelas consolidadas, reconhecidas e integradas ao aparelho do Estado (Gaiger, 2012).

Uma das exigências quanto ao marco legal para a Economia Solidária é o seu reconhecimento como política de estado. Ao reconhecer e dar direitos aos empreendimentos econômicos solidários há a construção de uma ponte para o assentamento da Economia Solidária enquanto política de estado. Enquanto isso, a institucionalização de políticas públicas no Brasil tem avançado e são exemplos a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária e o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários.

Em abordagem aos órgãos e conselhos envolvidos na política social e economia solidária, em junho de 2003 foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária, CNES, juntamente com a SENAES para atuar como órgão consultivo e propositivo na intermediação permanente entre órgãos do governo e membros da sociedade civil que atuam ou fomentam ações de Economia Solidária (BRASIL, s.d). As competências da SENAES foram estabelecidas através do decreto 5.063, de 03 de maio de 2004, art. 18, incisos de I a XV, dentre os quais cabe destacar (texto citado na íntegra):

O Conselho Nacional de Economia Solidária, CNES, foi criado juntamente com a SENAES, em junho de 2003, para atuar como órgão consultivo e propositivo na intermediação permanente entre órgãos do governo e membros da sociedade civil que atuam ou fomentam ações de Economia Solidária (BRASIL, s.d).

A estrutura do CNES compõe-se por:

Plenário: Órgão deliberativo máximo do CNES, formado pelos 56 representantes que integram o CNES. A essa instância cabe formular, decidir e encaminhar proposições de competência do Conselho (BRASIL, 2006b).

Comitê Permanente: Composto por nove membros sendo três representantes de cada segmento – governo, empreendimentos econômicos solidários e sociedade civil e serviços sociais. Tem como competência a preparação da pauta das reuniões, o auxílio ao Presidente do CNES nos encaminhamentos das proposições aprovadas em plenário, e a tomada de decisão *ad referendum*, em caráter emergencial (BRASIL, 2006b).

Secretaria Executiva do CNES: Instância responsável pelo apoio técnico-administrativo às demais instâncias. Atua sob a supervisão, orientação e coordenação da SENAES (BRASIL, s.d; BRASIL, 2006b).

Através da Resolução em 2012, o nº 04, de 04 de julho de 2012, O CNES institui o Plano Brasil Justo e Solidário – Agenda Transversal – como orientador da sua atuação. A

estratégica na articulação das políticas de Economia Solidária e na execução do PPA 2012-2015.

Comitês Temáticos: Atuam sobre temas específicos relacionados às políticas públicas de Economia Solidária. Tem por função o estudo, debate, elaboração de propostas, recomendações e pareceres, além do oferecimento de subsídios. Atualmente, existem cinco Comitês Temáticos, que trabalham com os temas: comercialização, Redes e Cadeia de Produção e Consumo; o Crédito e Finanças Solidárias; a Formação e Assistência Técnica; o Institucionalidade da Política Nacional; e o Marco Jurídico

A estrutura do CNES é ainda composta por:

Plenário: Órgão deliberativo máximo do CNES, formado pelos 56 representantes que integram o CNES. A essa instância cabe formular, decidir e encaminhar proposições de competência do Conselho (BRASIL, 2006b).

Comitê Permanente: Composto por nove membros sendo três representantes de cada segmento – governo, empreendimentos econômicos solidários e sociedade civil e serviços sociais. Tem como competência a preparação da pauta das reuniões, o auxílio ao Presidente do CNES nos encaminhamentos das proposições aprovadas em plenário, e a tomada de decisão *ad referendum*, em caráter emergencial (BRASIL, 2006b).

Secretaria Executiva do CNES: Instância responsável pelo apoio técnico-administrativo às demais instâncias. Atua sob a supervisão, orientação e coordenação da SENAES (BRASIL, s.d; BRASIL, 2006b).

Comitês Temáticos: Atuam sobre temas específicos relacionados às políticas públicas de Economia Solidária. Tem por função o estudo, debate, elaboração de propostas, recomendações e pareceres, além do oferecimento de subsídios. Atualmente, existem cinco Comitês Temáticos, que trabalham com os temas: Comercialização, Redes e Cadeia de Produção e Consumo; Crédito e Finanças Solidárias; Formação e Assistência Técnica; Institucionalidade da Política Nacional; e Marco Jurídico.

Em 2012, através da Resolução nº 04, de 04 de julho de 2012, o CNES institui o Plano Brasil Justo e Solidário – Agenda Transversal – como orientador da sua atuação estratégica na articulação das políticas de Economia Solidária e na execução do PPA 2012-2015. Diante o cenário criado pela estruturação do CNES, podemos pensar ainda que diante muitos atributos propostos temos diversos desafios a serem transpostos em reflexão a sua mistificação como um sistema “salvador dos menos favorecidos”.

2.6 Economia Solidária em Mato Grosso do Sul / FEES-MS e Legislação

Sua primeira Plenária ocorrida em Mato Grosso do Sul foi promovida durante a Festa dos Municípios, em outubro de 2003, por incentivo da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul, que reuniu diversos produtores que ainda desconheciam o movimento da Economia Solidária (FEES/MS, s.d).

Ao final do segundo dia da Plenária, foram indicadas três pessoas para comporem a Coordenação Nacional do recém-criado FBES. Esses representantes ficaram responsáveis por organizar uma equipe Pró Fórum no estado, a fim de desenvolver o Fórum Estadual em Mato Grosso do Sul (FEES/MS, s.d). O referido Fórum só veio acontecer em 22 de maio de 2005, onde, enfim foi oficialmente criado o FEES/MS. Hoje o Fórum desenvolve suas atividades no prédio da Central de Comercialização de Economia Solidária, localizada em Campo Grande - MS que veio a ser constituído após as reuniões de seus membros e associados para atendimento das demandas (FEES/MS, s.d).

Em 28 de janeiro de 2003 é criada pelo Decreto nº 11.082 Fundação de Trabalho e Qualificação Profissional de Mato Grosso do Sul (FUNTRAB), caracterizando-se como pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos (MATO GROSSO DO SUL, 2003).

Logo em sua criação a FUNTRAB pelo Decreto nº 11.082, de 28 de janeiro de 2003 contava com três órgãos e duas unidades administrativas: Órgão Colegiado de Deliberação Superior, formado pelo Conselho Administrativo; Órgão Colegiado de Direção Superior, formado pela Diretoria-executiva; Órgão de Direção Superior Gerencial, formado pela Presidência; Unidade de Execução Operacional subdivida em três coordenadorias: o Coordenadoria de Ações do Trabalho; o Coordenadoria de Economia Solidária; o Coordenadoria de Qualificação Profissional.

Unidade Seccional de Apoio Administrativo e Operacional Entretanto, o Decreto nº 13.827, de 3 de dezembro de 2013, instituiu o novo estatuto para a FUNTRAB, a qual hoje tem por nome “Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul”, alterando sua estrutura para a seguinte composição: Órgão Colegiado de Deliberação Superior: o Conselho Administrativo; Órgão de Direção Superior Gerencial: o Diretoria da Presidência.

- Órgãos de Assessoramento: Assessoria de Gabinete; Procuradoria Jurídica; Assessoria de Comunicação; assessoria técnica e de planejamento.

- Órgãos de Execução Programática: Coordenadoria de Estudos e Pesquisas; Coordenadoria do Trabalho; Coordenadoria de Qualificação Profissional;
- Coordenadoria de Trabalho e Economia Solidária; Coordenadoria de Microcrédito.
- Órgãos de Execução Instrumental: coordenadoria de finanças; coordenadoria de Administração.

Por conseguinte, a coordenadoria responsável pela Economia Solidária no estado, fica restrita a coordenaria de trabalho, formando uma só, sendo diretamente subordinada à Diretoria da Presidência da Fundação. Outro ponto a destacar junto a coordenadoria de Economia Solidária dentro da FUNTRAB que de acordo com art. 20, do Decreto nº 13.827, de 3 de dezembro de 2013, compete as seguintes funções:

I - coordenar a elaboração, a implantação e execução das ações e projetos de geração de renda para pequenos e micros empreendedores no âmbito do Estado, com foco na eficiência, eficácia e efetividade social;

II - apoiar a organização de empreendimentos solidários, como cooperativas ou associações, assessorando e acompanhando grupos produtivos e fomentar o acesso ao mercado dos produtos e a serviços dos Empreendimentos Econômicos Solidários, por meio de pontos fixos de comercialização, em regiões estratégicas do Estado;

III - implementar e fortalecer a Central de Comercialização de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul;

IV- manter articulação com redes de organizações governamentais e não governamentais, para implementação de políticas de geração de trabalho e renda no âmbito do Estado;

V - manter intercâmbio com instituições públicas e privadas para assistência nas áreas de marketing, gestão, financeira e técnica visando estabelecer um sistema de cooperação para o desenvolvimento de programas e projetos de geração de renda e exportação de produtos;

VI - realizar estudos de viabilidade econômica e planos de negócios para inserção dos produtos em condições econômicas favoráveis.

Assim sendo, a FUNTRAB, em parceria com outras instituições públicas e privadas e demais entidades da sociedade civil, buscam constantemente fomentar a Economia Solidária em Mato Grosso do Sul. Apesar de demonstrar a limitação e a impossibilidade de certo modo da “Economia Solidária” ser um **projeto de transformação social** e ainda atuando dentro do

mercado capitalista, podemos verificar em vários contextos que a mesma solicita atuar, que querer ainda não é poder.

A Lei Estadual nº 3.039, de 5 de julho de 2005 consistia no Programa que foi vinculado à Fundação de Trabalho de Mato Grosso do Sul e tinha por objetivos estimular a formação de organizações econômicas solidárias de autogestão, potencializar o desenvolvimento de atividades econômicas dessas organizações, combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, criar mecanismos e apoiar na legislação das atividades das empresas de Economia Solidária, com tratamento jurídico diferenciado, dentre outros (MATO GROSSO DO SUL, 2005).

Leis municipais de Economia Solidária em Mato Grosso do Sul tem por finalidade captar recursos públicos ou privados, mediante convênios, parcerias, dotações orçamentárias, transferências, aplicação dos recursos, para executar a política de Economia Solidária. Também visa o fomento, a capacitação e qualificação profissional para a geração de trabalho e renda através de empreendimentos e organizações de finanças solidárias. Cabe ao Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES): I - definir os critérios para a seleção dos programas e projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal da Economia Solidária; e II - aprovar a destinação e utilização dos recursos do Fundo Municipal de Economia Solidária (DOURADOS, 2014).

Em 2015, a Câmara Municipal de Dourados também aprovou o projeto de lei nº 53/2015, de autoria do vereador Elias Ischy (PT), que visava assegurar 30% (trinta por cento) do espaço físico destinado à praça de alimentação e à área de comercialização de produtos aos empreendimentos de Economia Solidária em todos os eventos festivos e culturais previstos no calendário do município (CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS, 2015).

Além desses dois municípios, existe a tentativa de tramitação de um projeto de lei em Campo Grande, capital do Estado. Ambas as leis encontradas, apesar de não ter ainda sido referenciadas nos mapeamentos até 2012, somam-se aos esforços do Fórum de Economia Solidária como estratégias de institucionalização e aparecem como referências nas entrevistas desse trabalho. Na relação de gênero, ao contrário da tendência que se denota nacionalmente, os empreendimentos solidários de Mato Grosso do Sul têm em sua composição maior número de mulheres, 59,27%, enquanto os membros masculinos representam 40,72% do total de membros associados.

Tabela 6 - Quantidade de sócios e distribuição segundo o sexo

	Mulheres	%	Homens	%
Brasil	620.258	43,6	803.373	56,4
Mato Grosso do Sul	5.669	59,3	3.895	40,7

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos micro dados disponibilizados pelo SIES 2010 - 2012.

Outro dado importante a destacar através dos micro dados da base do SIES 2010 – 2012 é que dos 294 empreendimentos do estado, 201 afirmam ter acesso a algum tipo de assessoria, assistência ou capacitação. Estes dados de maneira geral chamam atenção para um contraditório com base nas informações já levantadas nos tópicos anteriores, mas apesar de ser maioria os empreendimentos terem algum tipo de assistência, esse número é insatisfatório pela grande necessidade dos membros dos empreendimentos adquirirem qualificação e bases para emancipação do trabalho.

E como a principal atividade econômica, está a produção ou comercialização de produtos feitos pelos próprios associados e em segundo lugar está a comercialização ou organização da comercialização. Esses dados ficam mais consistentes nas tabelas 7 e 8. Um fator preponderante em relação a ECOSOL está na sua forma organizativa, ou seja é um fator relevante que se pauta com o marco legal para os empreendimentos econômicos solidários. Através de seu último mapeamento feito pelo SIES 2010 – 2012, o mesmo aponta que a maioria dos empreendimentos permanece na informalidade (58,5%) ou assume a forma de associação (36,7%) e que apenas 3,4% dos empreendimentos são registrados como cooperativas, o que demonstra a dificuldade dos empreendimentos de Economia Solidária atenderem aos requisitos impostos pela atual legislação para serem registrados legalmente como cooperativas.

Na visão de seus defensores, a ‘Economia Solidária’ poderá, gradativamente, superar o capitalismo, tendo como início de sua atuação os interstícios isentos das determinações do capital.

3. Metodologia

A pesquisa apresenta-se como bibliográfica e qualitativa exploratória. Empregou-se a esta pesquisa a análise de dados secundários por meio de levantamento bibliográfico. E

análise de dados primário entrevista semiestruturada com gestores e empreendedores na atividade de Economia Solidária.

O desenho metodológico teve conceitos investigatório qualitativo, pois a partir de uma entrevista com quatro (4) os gestores, que colaboraram com a coleta de informações no campo de pesquisa (com empreendedoras da Economia Solidária) sendo uma das participantes a gestora principal da ECOSOL no MS, e as demais entrevistadas empreendedoras nos campos de trabalhos especificamente em: costura, artesanato e massoterapia, as quais prontamente e espontaneamente forneceram subsídios para descrever as características do objeto de estudo proposto, onde posteriormente poderemos alcançar os objetivos.

Diante dos objetivos propostos, a pesquisa pode ser caracterizada como como bibliográfica descritiva e qualitativa, uma vez que busca identificar o marco teórico que determinou os assuntos aprofundados nesta pesquisa.

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, aplicado, o qual analisa o fenômeno com maior profundidade, promovendo maior proximidade com as questões expostas as quais foram elaboradas em forma de questionário semi estruturado, auxiliando na identificação de variáveis. A pesquisa foi realizada na data de 19 de novembro de 2016.

Os métodos e técnicas incidiram em observação, aplicação de questionário e entrevistas. O pesquisador levou em conta a acessibilidade dos elementos da população, a disponibilidade ou não de ter os elementos da população em um rol, a representatividade desejada, ou necessária, a oportunidade apresentada pela ocorrência de fatos, a disponibilidade de tempo.

Na elaboração desse estudo se optou pela pesquisa qualitativa, permitindo estabelecer um contato mais direto e prolongado do pesquisador com a realidade investigada e também permite que se conheçam os resultados em profundidade, através da utilização de técnicas projetivas de estudo de caso.

As fontes principais das informações foram as respostas das questões que em conjunto com os dados coletados e as informações conseguidas por meio de pesquisas bibliográficas, observações e conversas informais com os empreendedores. Assim se pode desenvolver e apresentar os resultados, seguidos de uma discussão detalhada sobre o que se percebeu quanto avaliar o processo de institucionalização da Economia Solidária em Mato Grosso do Sul.

O estudo foi realizado em empreendimentos econômicos solidários *in loco*, as quais representam o segmento de Economia Solidária na Cidade de Mato Grosso do Sul. Além disso, as datas das entrevistas foram marcadas com antecedência, e a situação na qual elas se realizaram foram discretas e silenciosas, com o mínimo de interferências possível. Não se permitiu que o entrevistado ficasse aguardando pela “próxima pergunta”, portanto, as anotações foram registradas à medida que houveram respostas.

Três empreendimentos que estão ligados à Central também foram entrevistados, cada entrevista foi dirigida individualmente e aqui opta-se por tratá-las de maneira coletiva na análise, agrupando as respostas pelas temáticas das perguntas para uma melhor coesão dos assuntos abordados. Os empreendimentos entrevistados foram: massoterapia, **A** e artesanato regional do grupo denominado “A arte de Pintar e Bordar”, e o empreendimento de costura “Ateliê de Costura”.

Por questões éticas, e a pedido das entrevistadas dos empreendimentos de economia solidária, as mesmas terão suas identidades preservadas em sigilo, sendo somente as instituições em que atuam reveladas. Isto é, todos terão seus nomes propositalmente omitidos, substituídos pelo codinome G1, G2, G3, e G4, a fim de impossibilitar sua identificação.

Foram realizadas quatro entrevistas no dia 18 de novembro de 2016 na Central de Comercialização de Economia Solidária em Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, situada na Rua Cândido Mariano, número 1500.

A Central de Comercialização de Economia Solidária é composta por vários grupos organizados de produção, como a agricultura familiar que cultiva alimentos orgânicos, grupos de artesanatos, roupas e acessórios, ou de prestadores de serviços, como o grupo de massagem, de costura e de cabeleireiros.

A Central é referida apenas como loja em alguns momentos das entrevistas por ser também o local de vendas dos produtos e atendimento dos prestadores de serviço. Fundada em 13 de novembro de 2006, pouco depois do Fórum de Economia Solidária de MS em 2005, a Central é considerada uma referência na América Latina em autogestão e também é a sede do Fórum.

As entrevistadas optaram por manter seus nomes não identificados, portanto para preservar as identidades das mesmas, foi dado como codinome : G1; G2; D3 e G4.

A entrevista 1 - realizada com a primeira entrevistada G1, atual gestora da Central, o tema que direcionou a entrevista com esta gestora foi o processo de institucionalização da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul.

A Entrevista 2 – empreendedora no ramo de massoterapia, representado pela senhora G 2

A Entrevista 3 – Empreendedora no ramo de artesanato regional do grupo denominado “A arte de Pintar e Bordar”, representado pela senhora G 3.

A Entrevista 4 – Empreendedora no ramo de costura “Ateliê de Costura”, representado pela senhora G4.

4. Resultados

Os resultados apresentam o reflexo da institucionalização do cenário investigado da economia solidária em MS.

4.1 Entrevista com a Gestora Central da ECOSOL no MS

A entrevista 1 - realizada com a primeira entrevistada, que passaremos a denominar de G1, atual gestora da Central, o tema que direcionou a entrevista foi o processo de institucionalização da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul.

Para que um empreendimento passe a ser reconhecido como empreendimento solidário dentro da lógica de Economia Solidária ele precisa passar por uma capacitação oferecida pelo Fórum de Economia Solidária. O referido Fórum desempenha a articulação institucional necessária para a inserção do empreendimento. A gestora (G 1) do grupo de empreendimento solidário esclarece o papel do Fórum como capacitador e formador.

[...] Bom, pra todos tá participando do movimento de Economia Solidária, tem que passar pela formação de Economia Solidária, pra entender o que é o movimento e quais são nossos princípios e quem faz esse papel é o fórum. A gente marca a reunião e é feito uma formação com essas pessoas aqui na loja pra entender se é realmente é isso que eles querem né? Porque o trabalho coletivo não é fácil, então as pessoas... é isso realmente que você quer? Aqui o trabalho é assim, vocês aceitam? Aí o fórum faz esse papel. (entrevista 1)

As reuniões promovidas visam capacitar e acolher empreendimentos que já tenham perfil ou potencial para se tornarem empreendimentos de Economia Solidária. A senhora destaca esse fator ao comentar sobre a formação promovida pelo Fórum para os

empreendimentos interessados: “É porque às vezes ele já pratica Economia Solidária, só que ele não sabe. Então quando ele vem pra cá e começa a receber uma capacitação, começa a entender que o que ele tá praticando já é uma Economia Solidária.” (**Entrevista 1**)

Quando questionada sobre os órgãos articuladores das ações, foram citados na esfera Estadual, a parceria do por mediação da Fundação do Trabalho (FUNTRAB) e da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso do Sul – (SRTE). A Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (FUNSAT), que seria o órgão competente em nível municipal não foi citado. A parceria, no entanto, hoje, se resume à doação do prédio, local das atividades da Central e pagamentos de custos de operação. Entrevistada G1 afirma: “Aqui a gente tem como parceria do governo é só a doação do prédio, água, luz e um agente patrimonial.” (**Entrevista 1**).

Todo o gerenciamento da Central tem as responsabilidades divididas entre os empreendimentos. Sem grandes conflitos como no início em que “ninguém entendia o processo” (Entrevista 1), a autogestão hoje é tranquila, sem conflitos de interesse como em outros fóruns de outros municípios.

A respeito dos ganhos financeiros e da viabilidade dos empreendimentos, Entrevistada G1 esclarece que nem todas as pessoas conseguem renda suficiente para a sobrevivência, a baixa do movimento e o aumento dos custos são alegados para justificar que rendimentos provenientes dos empreendimentos são utilizados em sua maioria, como uma fonte secundária, auxiliar aos rendimentos obtidos por outros meios. Apenas dois associados foram descritos como recebedores de benefícios de programas sociais governamentais. A entrevistada se refere também a algumas pessoas que dependem de seus empreendimentos, mas não quantifica.

Sobre as leis municipais, é de conhecimento da senhora G1 a legislação já aprovada no município de Dourados, não há conhecimento de nenhum outro município que tenha avanços significativos nesses termos. A alegação é que por mais que alguns municípios tenham empreendimentos de Economia Solidária, agricultura familiar e outros com potencial, esses municípios não conseguem se articular de maneira a compor legislações de apoio:

[...] não consegue a lei, porque não é todo prefeito que entendem as políticas públicas né? Quando chega, às vezes, eles não sabem nem o que é Economia Solidária, que na pasta vem dizendo que é Economia Solidária, no fim é feito outra função e não Economia Solidária. (G1)

A fala destaca a importância do entendimento das autoridades locais para melhor desempenho das ações. A visão da Economia Solidária como política pública local e o interesse no processo de articulação dos pequenos empreendedores passa pelo incentivo das gestões e consequentemente, pelo interesse dos gestores.

Outro fator, sobre o entendimento da Economia Solidária como política pública destaca novamente o papel primordial do Fórum em ensinar e articular essa visão, a resposta de G1 sobre os quão esclarecidos são os membros da correlação entre políticas públicas e Economia Solidária deixa isso evidente:

[...] Sim, entendemos sim. A gente trabalha muito isso também nas reuniões, pro pessoal entender que isso é uma política pública. Inclusive nós temos as nossas conferências né? A nível estadual e nível nacional da onde saem as diretrizes das políticas públicas nos estados né? Que foi feita agora recente, foi ano passado, parece que tá chegando pro governo pra incluir... fazer inclusão de algumas coisas das políticas públicas da Economia Solidária dentro do programa do governo. (G1)

Mesmo municípios que não possuem entidades municipais de apoio às iniciativas de Economia Solidária são atendidos pelo Fórum, que faz ações de formação e capacitação em diversos municípios. Entrevistada destaca o Fórum como “linha de frente”, tanto nas negociações nacionais, quanto na formação de políticas públicas:

[...] Sim, porque o fórum é um papel muito importante, é um papel de político, das políticas públicas. Ele que entende, que vai pra Brasília, que negocia com o governo. Ele tá na frente de linha da Economia Solidária, então isso é um trabalho bom, muito importante para o fórum. (G 1)

Em Campo Grande, existe a tramitação de um projeto de lei que já foi uma vez para apreciação da Câmara de vereadores, nesse momento o trâmite está suspenso, mas há um compromisso de reapresentação para que possa Mesmo municípios que não possuem entidades municipais de apoio às iniciativas de Economia Solidária são atendidos pelo Fórum, que faz ações de formação e capacitação em diversos municípios. Entrevistada G1 destaca o Fórum como “linha de frente”, tanto nas negociações nacionais, quanto na formação de políticas públicas:

[...] Sim, porque o fórum é um papel muito importante, é um papel de político, das políticas públicas. Ele que entende, que vai pra Brasília, que negocia com o governo. Ele tá

na frente de linha da Economia Solidária Ter colocada em votação. Todo o trâmite foi afetado pelo cenário instável da gestão local e agora está ameaçado pelo cenário nacional.

Em torno desse assunto, a entrevistada demonstra preocupação com os rumos das políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. Ela destaca que houve paralisação nos projetos já aprovados para serem implementados e nos pagamentos de projetos em andamento por causa das mudanças ocorridas na secretaria.

[...] A SENAES, quem entrou lá, até pegar o fio da meada vai demorar um pouco. Então tá todo mundo sem saber o que vai acontecer, nós estamos esperando pra ver o que vai acontecer. Então, eu acho que prejudicou muito né, os movimentos sociais que eu faço parte a nível nacional de conselho, de um monte de coisa de projeto que tá parado, nós fizemos o projeto ano passado, foi aprovado, pra fortalecer agricultura familiar e alguns empreendimentos aqui da loja e o projeto tá no papel. (G 1)

Apesar da instabilidade do cenário nacional atual, Entrevistada relatou uma visita realizada pelo novo Superintendente do SENAES à loja, e que não houveram conflitos com as gestões estaduais em alternância no Mato Grosso do Sul.

4.2 Entrevistas dos Empreendimentos Solidários nos Ramos de Massoterapia, Artesanato Regional e Costura

Três empreendimentos que estão ligados à Central também foram entrevistados, cada entrevista foi dirigida individualmente e aqui opta-se por tratá-las de maneira coletiva na análise, agrupando as respostas pelas temáticas das perguntas para uma melhor coesão dos assuntos abordados.

A segunda entrevistada representa o empreendimento de massoterapia, representado pela senhora G 2.

A terceira entrevistada representa o empreendimento de artesanato regional do grupo denominado “A arte de Pintar e Bordar”, representado pela senhora G 3.

A quarta entrevistada representa a o grupo do “Ateliê de Costura”. G4.

Os Empreendimentos de Economia Solidária para Gaiger (2003) compreendem diversas modalidades de organização econômica, sendo originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Essas três entrevistas seguiram a intenção de demonstrar a institucionalização, o entendimento

e o funcionamento dos empreendimentos solidários ligados à Central, mas também destacar as dificuldades relacionadas à autogestão e viabilidade econômica dos mesmos.

A primeira pergunta direcionada às entrevistadas foi se tinham conhecimento sobre a Lei nº. 3.039 de 5 de julho de 2005, e o que essa lei trouxe de resultados para Economia Solidária em sua opinião do Mato Grosso do Sul. As respostas foram positivas apesar de não demonstrarem profundo entendimento da legislação, a senhora Entrevistada destaca a importância da inserção dos deficientes visuais no mercado de trabalho, enquanto para a senhora Entrevistada, a cedência do prédio da Central foi o resultado direto da referida Lei, mas ela destaca o esforço conjunto em detrimento à atuação da Lei. A senhora Entrevistada, que trabalha com o Ateliê de costura citou a percepção da falta de recursos mesmo com a Lei.

Quando questionadas sobre a participação no mapeamento do SIES 2010 / 2012, as entrevistadas divergiram um pouco, a senhora G2 e Entrevistada não tinham conhecimento sobre o mapeamento, mas de acordo com a senhora Entrevistada que participou com seu grupo de artesanato do mapeamento todos os três empreendimentos foram mapeados. Assim como os empreendimentos indicados pelo Fórum, mas que não possui conhecimento de todos os empreendimentos mapeados e de suas naturezas como empreendimentos solidários.

A impressão das entrevistadas quanto ao direcionamento dos recursos referente às políticas públicas para os empreendimentos econômicos solidários passa pelo reconhecimento do apoio logístico para o funcionamento dos empreendimentos, a escassez de recursos que ainda não atendem por completo a todas as demandas e na elaboração mais refinada da senhora G 3, a resposta demonstra a preocupação eminente com o cenário político atual:

[...] Olha, esse dinheiro que vem do governo federal, que são de políticas públicas, eles vem através de projetos né? Aí, às vezes, hoje, nós temos mais condições de acessar os projetos porque a gente tem a associação regularizada. Então você pode fazer projetos como já fizemos alguns né? Faz com parceiros do governo e nós mesmo. Ele enriqueceu muito a Economia Solidária. Agora a gente... A preocupação nossa agora, é se não tiver mais esses projetos da política pública né? Esse é um conflito que tá aí. Que as pessoas não tão dormindo, que tem muitos que não acabaram que tinham prazo e agora não sabem o que fazer, e a gente acha que pro próximo ano a gente tá na incerteza, se vai continuar as políticas públicas, se vai parar. (Entrevista 3).

Essa correlação estabelecida entre o interesse governamental de execução das políticas públicas e a possibilidade de acessos aos recursos por meio das ações desenvolvidas fica clara

na fala da entrevistada e enuncia as incertezas de continuidade da Economia Solidária como política pública. A participação do Estado ainda se mostra pouco expressiva, ficando os empreendimentos reféns de políticas de governo e da vontade de grupos políticos.

Para o SIES, a política pública de Economia Solidária, pode ser compreendida como “ações, projetos, ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta nas esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da Economia Solidária” (VIEIRA, 2005, p. 228).

A Economia Solidária depende, segundo Vieira (2005) de um amplo conjunto de políticas públicas, composto não só pela criação de legislação, mas de mecanismos de financiamento, constituição de redes de pesquisa e inovação, além da incorporação dos empreendimentos em outras políticas como as do setor industrial e de comércio exterior e de compras do setor público.

Quando o tema em pauta foi a autogestão e a divisão dos lucros nos empreendimentos de Economia Solidária e seu funcionamento, o aspecto citado pela senhora Entrevistada que trabalha com massoterapia foi a divisão dos lucros de maneira diferente para cada tipo de massagem oferecida, o que torna o negócio mais ou menos rentável para cada membro. Enquanto na fala da senhora Entrevistada, o Ateliê de Costura, a divisão também foi destaque, mas a operação é diferente:

[...] A gente vê como um bom negócio, mesmo em épocas ruins a gente sempre tem cada pouquinho recebendo, não é o caso de uma pessoa só trabalhar e receber só a parte dela, a gente divide em partes iguais, então mantém mais de uma pessoa. (G2)

No Ateliê de Costura, também é sinônimo de autogestão o compartilhamento das decisões e direcionamentos entre os membros do grupo, assim como, na possibilidade de gerenciamento do tempo de dedicação de cada membro.

[...] A gente sempre tem reunião, conversa um com outro, qualquer coisa que tem que decidir a gente conversa. Se a gente não consegue decidir, a gente pergunta pra outras pessoas. É sempre em conjunto mesmo, igual a divisão do dinheiro, do serviço, as decisões são divididas. Mas é muito bom a autogestão. (G 2)

No grupo de artesanato, o caráter coletivo foi demonstrado na fala da senhora Entrevistada, não apenas no aspecto da divisão dos lucros, mas também na divisão produtiva:

[...] Quando você pega um trabalho grande aqui, ela não consegue produzir pra atender. Já aconteceu aqui. Então aí é onde entra o trabalho coletivo né? Que o trabalho coletivo se você vai pegar, por exemplo, um grampeador desse, e o cara quer mil, o coletivo é que vai fazer, você sozinho, você não faz. Essa é a reflexão que a gente faz com as pessoas. (G 3)

Mas ela também afirma que a autogestão nem sempre funciona por causas ideológicas:

[...] Porque as pessoas, elas cresceram vendo um mundo capitalista, a mídia tá te mostrando aí, o que você tem que comprar o que você tem que consumir, o eu. E na Economia Solidária, ela trabalha o nós, então essa palavrinha nós, ela é muito difícil dentro do empreendimento. Às vezes eu tenho a percepção que eu tenho que dividir, mas você, às vezes, quer ganhar mais do que eu. Entendeu? Então essa concepção de você dividir igual, ela é muito difícil, porque ela já vem de um conceito antigo de que é só eu, eu vou fazer, eu vou produzir e eu vou ganhar mais, e a pessoa sabe que não é assim. (G 2)

Essas barreiras a serem trabalhadas com as formações se tornam um limiar importante na consolidação e resistência dos grupos de Economia Solidária, uma prática educativa aliada à implementação de aspectos solidários do processo no cotidiano, se tornam os elementos-chave para a consolidação do pensamento auto gestor.

Os rendimentos provenientes dos trabalhos dos grupos variam de acordo com as atividades. O grupo de costura e de artesanato passa por uma queda nos resultados, tornando os ganhos fontes de renda secundárias. Na massoterapia, a fonte de renda também é secundária ainda, mas o empreendimento demonstra maior ritmo de crescimento na fala das entrevistadas.

Ao serem questionadas da percepção de seus empreendimentos como empreendimentos solidários, a Entrevistada destacou dentro do grupo de costura o caráter “*da divisão dos lucros e da divisão dos serviços*” (G 4), como aspectos característicos da Economia Solidária.

A argumentação da senhora Entrevistada revelou que a união do grupo é um atributo importante para ela considerar como um empreendimento solidário e que mesmo os problemas como a obtenção de linhas de crédito para capital de giro são problemas a serem resolvidos de forma coletiva e não individual.

A falta de crédito também é um desafio enfrentado pelos empreendimentos solidários que de acordo com Singer (2013) “são pobres e não têm capital próprio e precisam de crédito até que possam gerar sua própria renda”.

Essa ideia de solucionar os problemas de crédito coletivamente está presente também na designação de finanças solidárias elucidadas por Coelho (2003) o qual considera que finanças solidárias se constituem em formas de democratização do sistema financeiro ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo num elo de integração e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade e criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável.

5. Discussão

Empreendimentos de Economia Solidária para Gaiger (2003) compreendem diversas modalidades de organização econômica, sendo originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Essas entrevistas seguiram a intenção de demonstrar a institucionalização, o entendimento e o funcionamento dos empreendimentos solidários ligados à Central, mas também destacar as dificuldades relacionadas à autogestão e viabilidade econômica dos mesmos.

A primeira pergunta direcionada às entrevistadas foi se tinham conhecimento sobre a Lei nº. 3.039 de 5 de julho de 2005, e o que essa lei trouxe de resultados para Economia Solidária em sua opinião do Mato Grosso do Sul.

As respostas foram positivas apesar de não demonstrarem profundo entendimento da legislação, a senhora Entrevistada destaca a importância da inserção dos deficientes visuais no mercado de trabalho, enquanto para a senhora Entrevistada, a cedência do prédio da Central foi o resultado direto da referida Lei, mas ela destaca o esforço conjunto em detrimento à atuação da Lei. A senhora Entrevistada, que trabalha com o Ateliê de costura citou a percepção da falta de recursos mesmo com a Lei.

Quando questionadas sobre a participação no mapeamento do SIES 2010 / 2012, as entrevistadas divergiram e ressaltaram que não tinham conhecimento sobre o mapeamento, mas de acordo com a senhora Entrevistada que participou com seu grupo de artesanato do

mapeamento todos os três empreendimentos foram mapeados. Assim como os empreendimentos indicados pelo Fórum, mas que não possui conhecimento de todos os empreendimentos mapeados e de suas naturezas como empreendimentos solidários.

A impressão das entrevistadas quanto ao direcionamento dos recursos referente às políticas públicas para os empreendimentos econômicos solidários passa pelo reconhecimento do apoio logístico para o funcionamento dos empreendimentos, a escassez de recursos que ainda não atendem por completo a todas as demandas e na elaboração mais refinada demonstrando a preocupação eminente com o cenário político atual:

É a partir da práxis processual, do cotidiano, que Gaiger (2003) explica o quanto são importantes os aspectos de solidariedade no envolvimento dos membros e da adoção da equidade como princípio fundamental para que sejam possíveis a socialização dos recursos produtivos, materiais ou cognitivos. Essa prática se traduz na autogestão como uma forma de recuperar a autonomia econômica e organizacional deixadas de lado pelo capitalismo, por meio de novas relações sociais produtivas, mais horizontais e controladas pelos próprios trabalhadores (França Filho & Laville, 2004; Singer, 2007).

A Economia Solidária depende, de um amplo conjunto de políticas públicas, composta não só pela criação de legislação, mas de mecanismos de financiamento, constituição de redes de pesquisa e inovação, além da incorporação dos empreendimentos em outras políticas como as do setor industrial e de comércio exterior e de compras do setor público.

O grupo de costura e de artesanato passa por uma queda nos resultados, tornando os ganhos fontes de renda secundárias. Na massoterapia, a fonte de renda também é secundária ainda, mas o empreendimento demonstra maior ritmo de crescimento na fala das entrevistadas. É a partir da práxis processual, do cotidiano, que se explica o quanto são importantes os aspectos de solidariedade no envolvimento dos membros e da adoção da equidade como princípio fundamental para que sejam possíveis a socialização dos recursos produtivos, materiais ou cognitivos. Essa prática se traduz na autogestão como uma forma de recuperar a autonomia econômica e organizacional deixadas de lado pelo capitalismo, por meio de novas relações sociais produtivas, mais horizontais e controladas pelos próprios trabalhadores.

O fortalecimento de ações institucionais para a criação de fundos de financiamento, com atenção especial para esses agentes excluídos dos sistemas de crédito inerentes à lógica capitalista, é fator imprescindível para o funcionamento dos empreendimentos solidários. A

democratização do sistema financeiro passa então pelo processo de fortalecimento das condições de trabalho de maneira sustentável e integrada, realinhando a economia como um aspecto interligado ao social.

6. Considerações Finais

Ao tecer as considerações finais, resta os argumentos de que o processo de institucionalização da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul ainda anda a passos lentos, de forma ainda a ser estreitada e otimizada com correlação estabelecida entre o interesse governamental de execução das políticas públicas e a possibilidade de acessos aos recursos por meio das ações desenvolvidas fica clara na fala da entrevistada e enuncia as incertezas de continuidade da Economia Solidária como política pública. A participação do Estado ainda se mostra pouco expressiva, ficando os empreendimentos reféns de políticas de governo e da vontade de grupos políticos.

Quando o tema em pauta foi a autogestão e a divisão dos lucros nos empreendimentos de Economia Solidária e seu funcionamento, o aspecto citado por uma das entrevistadas foi a divisão dos lucros de maneira diferente para cada tipo de massagem oferecida, o que torna o negócio mais ou menos rentável para cada membro.

Os rendimentos provenientes dos trabalhos dos grupos variam de acordo com as atividades. A pesquisa revelou que a união do grupo é um atributo importante para ela considerar como um empreendimento solidário e que mesmo os problemas como a obtenção de linhas de crédito para capital de giro são problemas a serem resolvidos de forma coletiva e não individual. A falta de crédito também é um desafio enfrentado pelos empreendimentos solidários que “são pobres e não têm capital próprio e precisam de crédito até que possam gerar sua própria renda”.

O fortalecimento de ações institucionais para a criação de fundos de financiamento, com atenção especial para esses agentes excluídos dos sistemas de crédito inerentes à lógica capitalista, é fator imprescindível para o funcionamento dos empreendimentos solidários. Os principais desafios e as principais conquistas apresentaram os mesmos resultados: a geração de renda e a integração/ manutenção da união do grupo. Isso demonstra que, enquanto são consideradas principais conquistas, ainda permanecem como desafios constantes dentro dos empreendimentos.

Percebe-se um cenário de inadequação do Estado face às novas necessidades econômicas e sociais. Ressaltam-se as transformações necessárias à retração do Estado, demonstrando necessárias providências de regulação e a necessidade atuais, destacando-se o sistema de preservação da constituição e planejamento de um modelo econômico coerente com o momento e a ordem social. As propostas implicariam em assegurar a governabilidade e regularizar a propensão das organizações empresariais e econômicas. Não há de se estabelecer destinados quando o Estado e Políticas públicas e econômicas tendem a andarem juntas. As políticas públicas são desafios constantes no reconhecimento de diversidades e no reajustamento das questões sociais, jurídicas e econômicas.

Referências

Braverman, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.

França Filho, G. C. (2009). Incubação de redes de Economia Solidária. In: Cattani, A. D., Laville, J. L., Gaiger, L. I & Hespanha, P. *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina.

França Filho, G. C. & Laville, J. L. (2004). *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

França Filho, G. C. (2004). A problemática da Economia Solidária: um novo modo de gestão pública?. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, 2(1), 01-18, Mar.

Freitas, A. F., Silva, M. G & Freitas, A. F. (2009). Economia solidária e políticas públicas na construção de um sistema financeiro solidário na agricultura familiar: A análise do sistema Ecosol em Minas Gerais. *Rev. Bras. De Agroecologia*, 4(2). Recuperado em 17 novembro, 2017, de www.abagroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/viewFile/.../5776.

Gaiger, L. I. G. (2003). A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, (39).

_____. (2008). A Economia Solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Rev. Katál. Florianópolis*, 11(1), 11-19.

BRASIL. *Secretaria nacional de Economia Solidária*. Recuperado em 10 dezembro, 2015, de <http://www2.mte.gov.br/institucional/>.

Oliveira, J. A. S., Benini, E. G. & Nascimento, T. C. (2016). *A Economia Solidária no Brasil: Uma Análise da Região Centro-Oeste*. Recuperado em 6 dezembro, 2016 de <http://www.revistaespacios.com/a15v36n23/15362301.html>.

Singer, P. (2007). *O que é socialismo, hoje*. Petrópolis/RJ: Vozes.

_____. (Org.) (2003). *A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como resposta ao desemprego* (2 ed.). São Paulo: Contexto.

_____. (2013) Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In: Rico, E. M. & Degenszajn, R. R. (Org.) *Gestão Social: uma questão em debate*. São Paulo: EDUC; IEE.

Schiochet, V. (2009). Políticas Públicas. In: Cattani, A. D., Laville, J. L., Gaiger, L. I & Hespanha, P. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina.

_____, (2009). Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios. *Mercado de trabalho*. (40). IPEA. Recuperado em 13 novembro, 2017, de http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECONS_institucionalizacao.pdf.

Vieira, F. M. (2005). *Coerência e Aderência da Economia Solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul*. 460f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo.